

Fórum WEPs: empresas brasileiras se mobilizam pelo empoderamento das mulheres

Em 20 de abril, o Insper, em São Paulo, recebeu o Fórum WEPs, promovido pela Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres para discutir com representantes do setor privado o papel das empresas em defender o empoderamento das mulheres. Além de ser um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que regem a Agenda 2030, a igualdade de gênero está refletida nas metas de outros 12 ODS em áreas como educação e saúde. Durante o evento - que contou com a participação de 200 pessoas, que lotaram o auditório da instituição -, ficou claro que implementar um plano para acabar com a desigualdade no mundo corporativo, além de promover uma mudança significativa na sociedade como um todo, também é bastante positivo para os negócios.

[\(ONU Mulheres, 04/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Uma pesquisa recente da McKinsey Global Institute mostrou que o avanço das mulheres no mercado de trabalho pode adicionar até US\$ 12 trilhões ao PIB mundial até 2025”, revelou a representante do ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman. Em seguida, ela alertou que nenhum país pode ser orgulhar de já ter alcançado a equiparação salarial e que 95% dos CEOs das empresas ainda são homens. “A gente sabe, mas não faz e, no atual ritmo de progresso, a igualdade de gênero no trabalho não será atingida antes de 2095. Temos que acelerar o passo”. Segundo Nadine, a cultura organizacional de uma empresa influencia seu quadro de funcionários, sua cadeia de valor e as comunidades onde opera, sendo imprescindível o envolvimento do setor privado, onde estão 80% dos empregos e os maiores recursos financeiros.

O evento contou com a participação da jornalista Alexandra Loras (foto abaixo), ex-consulesa da França em São Paulo que, de forma direta, falou não só da mulher no mundo corporativo, como dos afrodescendentes no mercado de trabalho. “Não podemos ter apenas gotinhas de diversidade”, alertou. Para ela, é necessário “enxergar o monstro no espelho”, ou seja, aceitar que o preconceito existe no país e que precisa ser combatido, para deixar de desperdiçar talentos. “Hoje eu tenho essa oportunidade de falar na frente de formadores de opinião, pessoas que decidem qual vai ser o futuro da nossa sociedade, e vocês têm a chance de fazer parte dessa mudança, têm o privilégio de reequilibrar as coisas, de nos dar dignidade e respeito”, disse.



O racismo institucional, termo cunhado na década de 1960, mereceu um painel à parte, moderado pela gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino (foto abaixo). Ela levantou um ponto importante: o desafio de algumas mulheres é ainda maior em função da discriminação também pela cor da pele, deficiência física ou por fugirem do arquétipo heteronormativo. “É só a partir desses questionamentos que a gente pode pensar em respostas que funcionem para todas as pessoas”, defendeu. A coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra, Nilza Iraci, ajudou a criar instrumentos para mapear o racismo dentro de instituições. “Somos um país racista, e reconhecer a existência disso foi fundamental para que a gente pudesse trabalhar na construção dessa ferramenta”, explica. “Esse tema é desconfortável para negros e brancos, então o processo de sensibilização é essencial”, finalizou Cida Bento, psicóloga social e coordenadora executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).



Também foram apresentados estudos diversos sobre o empoderamento das mulheres. Doutora em Psicologia Social e professora da Fundação Getúlio Vargas, Maria José Tonelli resumiu a história do feminismo no Brasil. “Pessoalmente, acho que as empresas estão fazendo um trabalho interessante de inclusão, mas precisamos lembrar que aqui no Brasil lidamos com questões de democracia e de desigualdade que permeiam também a luta das mulheres”, finalizou. Regina Madalozzo, economista e professora associada do Insper, abordou o mercado de trabalho feminino a partir de experimentos que demonstravam como os estereótipos de gênero nascem e são alimentados. “Precisamos aprender a lidar com o outro”, analisou. “Em um mundo no qual estamos tão acostumados a pensar igual, a ler apenas notícias que nos agradam, a seguir pessoas com quem concordamos e nem escutar quem pensa diferente, é realmente muito desconfortável lidar com diversidade”, completou.

Valores discriminatórios - Cientista político e professor de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Venturi apresentou os resultados da pesquisa para o documentário “Precisamos Falar com os Homens?”, iniciativa do ONU Mulheres, do site Papo de Homem e do grupo O Boticário. Ele chamou a atenção para alguns dados nada animadores, como o de que mais de um quarto da amostragem considera que há pouca ou nenhuma desigualdade de gênero. Enquanto isso, o feminismo ainda é mal visto por 40% dos entrevistados. O estudo também apontou que 12% não acreditam na existência do machismo e 21% concordam que homens são melhores do que mulheres no mesmo cargo (número similar à preferência por homens em postos de comando). “Os indicadores revelam o quão presente estão no

imaginário da sociedade brasileira valores discriminatórios”, concluiu.

Já no final, Anna Gollub, analista política da ONU Mulheres, apresentou o programa de alto impacto para o empoderamento econômico de mulheres. “Temos que trabalhar juntos para criar mais recursos e usá-los da melhor

forma”, disse. “Mulheres estão usando o nosso programa para atuarem como líderes, o que fortalece o nosso trabalho como parceiros, mas sem perder o foco principal, que é conquistar direitos iguais”, acrescentou. Para terminar, mais duas



empresas se comprometeram a promover o empoderamento das mulheres: a Deloitte Brasil, representada pela sócia Cláudia Baggio, e a Merck no Brasil, cujo presidente Guilherme Maradei também subiu ao palco para assinar o acordo (ambos na foto à direita, ao lado de Nadine Gasman).

Em 2015, União não transferiu 23% do previsto para programa contra ‘Aedes’

(O Globo, 04/03/2016) Promessa do governo federal era de R\$ 1,97 bilhão e não foram liberados R\$ 460 milhões

No ano passado, em que os brasileiros vivenciaram o aumento progressivo do número de casos de zika, o governo federal prometeu repartir entre estados e municípios R\$ 1,97 bilhão, verba do Ministério da Saúde destinada a ações de vigilância sanitária para controle de doenças, como as transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Boa parte desse dinheiro, entretanto, sequer foi

empregada: 23% do total, ou R\$ 460 milhões, não saíram dos cofres da União. O montante efetivamente liberado, 77%, foi o menor percentual desde 2008, quando esse tipo de ajuda começou a aparecer no orçamento anual. Além da dengue, os recursos podem ser usados para financiar o combate a outras doenças.

Leia também:

[Gasto extra com dengue é de R\\$ 20 por paciente \(O Estado de S. Paulo, 04/03/2016\)](#)

[Rio tem 5,2 mil casos notificados de grávidas com sintoma de zika \(O Estado de S. Paulo, 03/03/2016\)](#)

[Suspeita de zika ou dengue atinge 60% de população de cidade no Ceará \(Folha de S.Paulo, 04/03/2016\)](#)

[Rio receberá caderneta que orienta gestante contra Aedes aegypti \(O Globo, 04/03/2016\)](#)

[Mato Grosso registra 7 mil casos de vírus da zika e 354 de chikungunya \(G1/Mato Grosso, 04/03/2016\)](#)

[Prefeituras aderem a tecnologias como aplicativos e SMS no combate ao Aedes \(Folha de S.Paulo, 04/03/2016\)](#)

[“Todos Juntos Contra a Dengue e Zika, dentro e fora de casa” \(O Estado de S. Paulo, 04/03/2016\)](#)

[Literatura de cordel é usada na luta contra o ‘Aedes’ em Olinda \(PE\) \(O Estado de S. Paulo, 04/03/2016\)](#)

Há oito anos, o valor previsto para o “Incentivo financeiro aos estados, distrito federal e municípios para vigilância em saúde” era muito mais baixo: R\$ 910 milhões. Mas 86% do orçado naquela ocasião foram executados. Aos poucos, tanto os valores previstos pelo governo federal quanto o percentual repassado foram crescendo, até atingirem seu ápice em 2013, quando, de R\$ 1,89 bilhão previstos, R\$ 1,86 bilhão foram gastos (98%). Em 2015, apesar de o orçamento divulgado pelo governo ter sido o maior desde 2008 (R\$ 1,97 bilhão), o valor repassado a cidades e estados foi o menor dos últimos dois anos: R\$ 1,51 bilhão. Para este ano, segundo o Ministério da Saúde, a previsão é que R\$ 1,87 bilhão sejam transferidos.

Os números foram compilados num estudo da Diretoria de Análise de

Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getulio Vargas (FGV-Rio). Por meio de nota, o Ministério da Saúde afirmou que, “ao contrário do que induz a análise apresentada, próximo de 100% dos recursos liberados para o enfrentamento ao *Aedes aegypti* foram executados pela pasta”. O órgão informou que vem mantendo um orçamento crescente para o combate ao mosquito. Nos últimos cinco anos, acrescenta, houve uma alta de 72% na verba. “Os valores destinados às secretarias de Saúde passaram de R\$ 787,6 milhões, em 2008, para R\$ 1,4 bilhão, em 2015”, conclui.

Menos recursos para estados com mais casos

Apesar de, em 2015, o país ter sido assolado por uma crise econômica, que acarretou cortes em vários ministérios, os pesquisadores não sabem precisar o motivo de o percentual de execução ter sido mais baixo que a média. Para Marco Aurélio Ruediger, diretor da DAPP e coordenador do estudo, a execução do ano de 2015 foi “totalmente atípica”:

— Quem olhar o gráfico vai ver que é atípico, e isso é extremamente complicado. Ou a aderência de estados diminuiu ou houve alguma mudança em relação aos repasses. O que nós vemos é um descolamento de uma tendência histórica. Houve uma questão ali, e é importante que isso seja esclarecido. Certamente tem impacto no que estamos vivendo hoje.

A “aderência” mencionada por Ruediger se refere à aptidão de estados e municípios para receber repasses adicionais, além dos mínimos previstos na rubrica orçamentária. Todos eles têm direito aos recursos, com um piso calculado com base na população. Para que ganhem mais dinheiro, municípios e estados devem implantar programas de incentivo a “ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde”, “ações de vigilância, prevenção e controle das DST/Aids e hepatites virais”, ou um “programa de qualificação das ações de vigilância em saúde”, segundo o disposto na portaria 1.378, de julho de 2013, que regulamenta os repasses do Ministério da Saúde. A rubrica “Incentivo financeiro aos estados, distrito federal e municípios para vigilância em saúde” aparece como tal pela primeira vez na Lei Orçamentária Anual de 2008, de acordo com os pesquisadores do DAPP.

Outro elemento que chama a atenção é que os estados menos beneficiados

com o dinheiro são os que apresentam os maiores índices de incidência de dengue. É o caso de Goiás, que, em 2015, teve 24,67 casos da doença para cada mil habitantes e recebeu apenas R\$ 1,27 por morador. Completam a lista dos três estados com maior taxa de incidência de dengue Sergipe (com 16,2 casos por mil habitantes e que recebeu R\$ 2,34 por morador) e Pernambuco (10,99 por mil e repasses federais per capita de R\$ 2,32).

Já o Distrito Federal, que registrou apenas 3,31 casos da doença a cada mil habitantes, foi contemplado com R\$ 4,98 por morador.

— É uma situação bastante impactante. O Distrito Federal está dentro de Goiás. É meio absurdo ele ter mais recursos que Goiás — diz o diretor da DAPP.

Apesar de os pesquisadores não arriscarem um motivo para o percentual de execução da rubrica, infectologistas ouvidos pelo GLOBO acreditam que a crise econômica tenha afetado os repasses.

— Contingenciar essa rubrica é evidente que nos assusta. Não é momento para esse tipo de medida. Quando a gente conversa com os municípios, a grita geral é que o dinheiro está vindo em menor quantidade. Por outro lado, estou vendo aumento de investimentos em pesquisa, principalmente quanto à zika — diz o infectologista Carlos Magno Fortaleza, professor do curso de medicina da Unesp.

Carina Bacelar

Acesse no site de origem: [Em 2015, União não transferiu 23% do previsto para programa contra 'Aedes' \(O Globo, 04/03/2016\)](#)

“Os meios de comunicação

podariam ser parceiros na construção da cidadania trans”, aponta psicóloga

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 06/08/2015) Mulher trans negra, a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus, entrevistada pela *Agência Patrícia Galvão* para o [Dossiê Violência contra Mulheres](#), fala sobre como a intersecção dos marcadores sociais de violência potencializa as chances de violações de direitos humanos como parte constitutiva da existência de milhares de brasileiras em qualquer classe social.

Jaqueline é psicóloga e doutora em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília, onde atua como pesquisadora, e pós-doutora pela Fundação Getúlio Vargas. Entre 2008 e 2011 atuou como assessora no desenvolvimento de programas de atenção à saúde e prevenção ao uso de drogas no Ministério do Planejamento e na Presidência da República. Em 2012 recebeu um prêmio Jabuti como co-autora do livro *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (Câmara Brasileira do Livro).



Jaqueline Gomes de Jesus
(arquivo pessoal)

Como a questão da identidade de gênero se associa a outros

marcadores de violência contra as mulheres trans no Brasil?

Historicamente, a população trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, devido à crença na sua anormalidade, decorrente do estereótipo de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual a pessoa se identifica e, portanto, espera-se que ela se comporte de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero.

O Brasil é o país no qual mais se matam pessoas trans no mundo (particularmente as travestis e as mulheres trans), sendo responsável, isoladamente, por 39,8% dos assassinatos de pessoas trans registrados no mundo entre 2008 e 2011, e no mesmo período por 50,5% desses crimes na América Latina ([saiba mais](#)).

No que tange às questões de gênero, nos assassinatos das mulheres trans e travestis verifica-se a mesma lógica das violências conjugais comuns em casais heteronormativos e pautados por relações machistas, caracterizadas pela agressão da mulher por parte do homem quando em uma situação de conflito, como uma estratégia de controle sobre o corpo feminino; além do desamparo aprendido e a descrença das vítimas ante à inoperância das instituições sociais de suporte.

Quais são as especificidades e semelhanças na violência sexual e doméstica cometida contra mulheres trans?

As violações contra as mulheres trans, de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento, reiterando, desse modo, a violência genérica e a abjeção com que são tratadas as pessoas trans no Brasil.

Embora existam [decisões judiciais favoráveis à aplicabilidade da Lei Maria da Penha](#) para violências conjugais em casais formados por homens cisgêneros (*que não são trans*) e mulheres trans, faltam dados mais precisos quanto à realidade de violência sexual e doméstica vivida pelas trans brasileiras, dada principalmente a sua desproteção social. Não há informações oficiais de como os órgãos públicos brasileiros têm-se articulado para auxiliá-las, no que concerne: à possibilidade de serem atendidas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; à proteção pela Lei

Maria da Penha; e ao respeito à sua identificação no trabalho e outros espaços.

E quais são os caminhos para enfrentar a violência e afirmar direitos que a mídia pode ajudar a divulgar?

A mídia brasileira é contumaz em reproduzir estereótipos de gênero que desumanizam as pessoas trans, mais frequentemente as mulheres trans, que redundam na reafirmação da violência estrutural contra elas, tornando-as alvos constantes de estereótipos nos meios de comunicação, porque ainda se considera “natural” que sejam ridicularizadas. Como expressão das representações da sociedade, a mídia repete a histórica crença na anormalidade da população trans, sob uma linguagem de escárnio que naturaliza violações.

Uma visão mais inclusiva por parte da mídia traria consigo novas imagens de masculinidade e de feminilidade, que aceitariam, por exemplo, a mulheridade das mulheres trans.

Adotar práticas de responsabilidade social, que mediem a liberdade de expressão e os direitos de personalidade das pessoas retratadas, ainda é um desafio para as mídias brasileiras, que em nome do lucro fazem uso de sensacionalismo e desrespeito à dignidade humana.

Com uma conscientização maior sobre a violência estrutural que a população transgênero sofre, os meios de comunicação poderiam ser parceiros na construção da cidadania trans.

E que cuidados a imprensa deve ter ao reportar casos de violência sobre mulheres trans, e também quando entrevistam essas mulheres?

Primeiramente, buscar conhecê-las para além dos estereótipos e reconhecê-las como seres humanos plenos. Muito ainda tem de ser enfrentado para se chegar a um mínimo de dignidade e respeito à identidade das pessoas trans, para além dos estereótipos. Um desses estereótipos leva alguns a se esquecerem que a pessoa trans vivencia outros aspectos de sua humanidade, para além dos relacionados à sua identidade de gênero.

Entre as pessoas de um mesmo grupo há grande diversidade: as pessoas brancas não são todas iguais, como não são as pessoas negras, mulheres, homens, indígenas, trans e tantas outras.

As pessoas trans, como quaisquer seres humanos, podem ter diferentes

cores, etnias, classes, origens geográficas, religiões, idades, orientações sexuais, uma rica história de vida, entre outras características.

A partir disso, algumas noções básicas de como se referir às pessoas se fazem imprescindíveis. Destaco aqui, genericamente, que se deve falar “as” travestis e não “os” travestis, que é totalmente anti-ético perguntar ou divulgar os nomes civis de pessoas trans, tenham elas conseguido modificá-los ou não.

Pensando nessa perspectiva, indico a leitura do guia digital que publiquei a respeito, [“Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos”](#), no qual se apresentam formas inclusivas de se abordar pessoas trans. Enfim, recomendo que os jornalistas perguntem às próprias mulheres trans como elas preferem ser tratadas e respeitem-nas, ao invés de se referir a elas desrespeitando sua autonomia.

Contato da fonte:

Jaqueline Gomes de Jesus, doutora em Psicologia Social e do Trabalho e Pós-Doutora em Trabalho e Movimentos Sociais
jaquebrasil@gmail.com

Atualizado em 07/08 às 6h45.

Como o Marco Civil da Internet será aplicado?

(Folha de S.Paulo, 30/06/2014) Aqueles que comemoraram a entrada em vigor do Marco Civil da Internet há uma semana parecem confiantes na existência da lei para garantir uma série de direitos dos usuários no Brasil. De fato, há conquistas, como a neutralidade da rede. Mas, ao contrário do que se imagina, a lei deixou muitas questões em aberto, cuja definição dependerá da interpretação do Poder Judiciário.

No caso dos pedidos de retirada de conteúdo por alegação de violação civil

do direito à honra, por exemplo, a lei determina que os provedores de aplicações de internet só sejam responsabilizados se deixarem de cumprir ordem judicial específica nesse sentido. E caberá aos juízes decidir, no caso concreto, quando a retirada de conteúdo é admissível e quando não é.

Até aí, nenhum problema. O juiz é a autoridade legitimada para ponderar esses conflitos, cabendo a ele evitar que pedidos de retirada baseados em alegações infundadas cerceiem a liberdade de expressão. O problema está na forma como se apropriará dessa responsabilidade.

Em 2013, uma decisão judicial impediu um cidadão de publicar qualquer comentário na internet contestando a criação de três torres com 162 apartamentos em uma rua de São Paulo. No mesmo ano, outra decisão judicial impediu um advogado que fez críticas à atuação de um membro do Ministério Público de acessar qualquer rede social. Essas decisões confirmam que há um risco de que tais entendimentos se tornem comuns, consolidando uma jurisprudência extremamente restritiva.

O mesmo pode acontecer em relação à privacidade. De acordo com o texto do Marco Civil, as empresas de internet devem guardar os registros de acesso a aplicações de internet dos usuários (“logs”) por um prazo de seis meses. Esses registros deverão ser mantidos em sigilo e só deverão ser fornecidos à parte solicitante mediante ordem judicial.

Aqui, mais uma vez, o juiz é a autoridade mais adequada para decidir, no caso concreto, se o fornecimento dos registros é justificado. A privacidade do usuário deveria ser preservada sempre que não forem apresentados motivos suficientes para identificação.

Em pesquisa vencedora do prêmio Marco Civil da Internet e Desenvolvimento, organizado pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pelo Google Brasil, identificou-se que, em 47% dos casos, há decisão judicial deferindo o fornecimento desses registros em caráter liminar, isto é, antes mesmo da fase probatória. Vale lembrar que a entrega dos dados é irreversível.

Os casos ilustram circunstâncias em que a jurisprudência pode criar critérios

restritivos –e às vezes indesejáveis– de interpretação da lei. Esses exemplos não são os únicos. O próprio funcionamento básico da rede ainda é matéria técnica de difícil apreensão pelos operadores do direito, o que não poderá ser ignorado na hora da aplicação da nova lei.

Antes do Marco Civil, o Poder Judiciário enfrentava com coragem, mas também com despreparo, a lacuna legislativa sobre regulação da internet no Brasil. Com a aprovação da lei, dependemos da sensibilidade daqueles que irão aplicá-la para manter vivos seus objetivos de garantir uma internet livre e aberta.

DENNYS ANTONIALLI, 28, doutorando em direito constitucional pela USP, e FRANCISCO BRITO CRUZ, 25, mestrando em sociologia jurídica pela USP, são coordenadores do Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da Faculdade de Direito da USP

Acesse o PDF: [Como o Marco Civil da Internet será aplicado?](#)

Cresce o número de empresárias, aponta pesquisa

(DCI, 27/05/2014) Mais da metade dos novos empreendimentos no país são administrados por mulheres.

Esta é a realidade que foi constatada pelo estudo “Empreendedorismo no Brasil 2013”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), Sebrae, Universidade Federal do Paraná e Fundação Getúlio Vargas.

A pesquisa, que indica uma presença maior das mulheres na economia do

país, relata que parte deste aumento se reflete nas mudanças econômicas e sociais registradas nas últimas décadas, com mulheres tendo maior espaço dentro do mercado de trabalho e na sociedade.

Inovação e criatividade também estão atreladas ao comportamento da mulher empreendedora, conforme aponta o estudo “Empreendedorismo no Brasil 2013”.

Com o objetivo de destacar histórias de sucesso no empreendedorismo feminino, o Sebrae promove o Prêmio “Sebrae Mulher de Negócios”.

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas através do site www.mulherdenegocios.sebrae.com.br ou nos Escritórios Regionais do Sebrae-SP, até 31 de julho.

O prêmio é dividido em duas etapas, estadual e nacional, nas categorias pequenos negócios, produtora rural e microempreendedora individual.

Histórico de empreendedoras

A região de Botucatu já classificou quatro finalistas para as etapas estadual e nacional do prêmio. Um desses casos é o de Branca Carvalho e Silva, ou dona Branquinha, como é mais conhecida.

Ela incentiva a capacitação e geração de renda por meio do artesanato. Sua história de sucesso chegou à etapa nacional do concurso de 2012.

Também tiveram destaque no prêmio as empresárias Isabel Coneglian, na categoria Pequenos Negócios (em 2009 foi a terceira colocada estadual); Luciane Somera, que em 2010 foi finalista na categoria Pequenos Negócios, e Aparecida Carmona, que conquistou o segundo lugar na etapa estadual da categoria Negócios Coletivos, também em 2010.

Vida privada

Luciane Somera ressalta que a participação no prêmio a fez refletir sobre a postura empreendedora em consonância com a vida particular.

“Foi interessante para rever detalhes do empreendedorismo que no dia a dia passam despercebidos. Isso faz com que a gente entenda porque o

empreendedorismo é um conjunto de ações que, combinadas levam a um resultado”, ressalta.

Responsável pela promoção do Prêmio Mulher de Negócios na região, a analista do Sebrae-SP em Botucatu, Geovana Anelli Parreira, diz que a mulher conquistou seu espaço em diversos segmentos da sociedade, principalmente na economia.

“Mostrar iniciativas que transformam a sociedade se faz necessário para incentivar e estimular o empreendedorismo”, afirma.

Acesse o PDF: [Cresce o número de empresárias \(DCI, 27/05/2014\)](#)